ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA° N.° 4/04

SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2004

29 de Abril de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**
Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.
Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo e os senhores Vereadores Amadeu Matias, Carla Tavares, Gabriel Oliveira, Irene Sá, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual, Vasco Jardim e Vieira de Castro.

Verificado o Quorum, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão e informou de que, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fez representar, nos termos da alínea c) do n.° 1 do Artigo n.° 38.° da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelo senhor Fernando Pires Salvador (Documento anexo à presente Acta).

I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.°. 1 do Art°. 78°. da Lei n.°. 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o senhor Luís

Manuel Isídro Guarita, do PSD, Luís Moutinho Lopes e Jorge Rocha da Silva, do PS (Documentos anexos à presente Acta).

Informou ainda de que, em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, se iria proceder às substituições empossando, caso estivessem presentes, os membros substitutos senhores Rafael Duarte dos Santos Evaristo, do PSD e Fernando Manuel Raposo, do PS. De seguida foi-lhes dada posse. O senhor José Manuel Ribeiro Leal, do PS, não compareceu (Documentos anexos à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município";***

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. de ***"Documentos de Prestação de Contas"*** do ano de 2003***;***

3 – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. de ***"Inventário de Bens, Direito e Obrigações Patrimoniais";***

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º. 1 do Artº. 87º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, de ***"Moção Relativa ao Sistema de Passe Social e Intermodal";***

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º. 3 do Artº. 2º. da Lei n.º. 11/2003, de 13 de Maio, da

proposta da C.M.A. relativa a ***"Proposta de Estatutos da Associação Intermunicipal Alo_Digital (Proposta n.º. 164/2004";***

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea s) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Descentralização da Limpeza Pública para as Juntas de Freguesia – Aprovação de Minuta de Protocolo (Proposta n.º. 101/2004)".***

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a " ***Projecto de Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada da Mina (Proposta n.º. 211/2004)***";

8 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a "***Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada da Venteira - Alterações (Proposta n.º. 212/2004)***";

9 – Apreciação e votação, nos termos do nº4 do Artigo 20º. do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, da proposta da C.M.A. relativa a " ***Carta Escolar do Município da Amadora – Delimitação das Áreas de Influência das Escolas Básicas do 1º. Ciclo (Proposta n.º. 216/2004)***";

10 - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a " ***Áreas Metropolitanas – Adaptação ao Novo Regime Jurídico – Aprovação de Estatutos (Proposta n.º. 247/2004)***";

11 - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a " ***Projecto de Regulamento Municipal sobre a Ocupação do Domínio Público (Proposta n.º. 275/2004)***";

12 - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º. 1 do Artº. 87º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, de ***"Substituição de Personalidades Integrantes do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea j) do Artº. 5º. da Lei n.º. 33/98, de 18 de Julho".***

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia a discussão e não havendo intervenções submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade

III – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexam com esse título.

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao período com a explicação regimental e inscreveram-se a senhora Fátima Cardina e os senhores Édio Martins, Vítor Farola, Paulo Ferreira, José Clemente e Albano Silva.

A senhora **Fátima Cardina** leu um documento (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Édio Martins** congratulou-se com a inauguração da linha azul do Metro e disse que gostaria de saber quando é arborizada a área envolvente da Estação de Alfornelos porque esta é altura ideal para a plantação de árvores, caso contrário só poderão ser plantadas para o ano. Que os passeios estão praticamente concluídos, mas que falta a colocação de frades para que não haja estacionamento selvagem em cima dos passeios. Perguntou ainda, se há informações concretas acerca do tarifário e da frequência dos comboios para a Amadora.

Sobre a CRIL perguntou se da parte das entidades, com obrigação de se pronunciarem sobre a matéria, houve alguma evolução recente à proposta da plataforma comum que envolveu as comissões de moradores, a Câmara e as Juntas de Freguesia.

O senhor **Vítor Farola** na sua intervenção leu um documento (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Paulo Ferreira** na sua intervenção leu um documento (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **José Clemente** interveio para dizer que apreciou, quando do aniversário da Junta de Freguesia da Damaia, o discurso do senhor Presidente da Câmara quando se referiu, pela positiva, aos que saem do aconchego do sofá para defender os interesses colectivos. Sobre a CRIL/Buraca/Pontinha disse que como irá ser construída será um crime social, uma grave ofensa à democracia e aos valores emanados do espírito do 25 de Abril. Solicitou aos autarcas da Amadora que defendam a qualidade de vida das populações. Para terminar disse que não podia deixar de referir a luta justa que travam os trabalhadores da Bombardier e mostrou a sua total solidariedade.

O senhor **Albano Silva** interveio para dizer, em representação dos proprietários do prédio n.º. 12, sito no Casal da Mira, que solicitou, há bastante tempo, a construção do passeio de uma rua à entrada do Casal Branco e que calcetassem as envolventes aos caixotes do lixo, mas que até ao momento nada foi feito, pelo que pergunta para quando. Que a mesma rua tem sentido único mas, porque não foram lá colocadas as placas, as pessoas continuam a circular em sentido proibido, pelo que solicita que sejam colocadas o mais rapidamente possível para que não se dê ali algum acidente. Falou sobre o rio para dizer que existe um esgoto, de uma casa de banho de uma vivenda da Rua Santo António à Mira, directo para o rio, pelo que solicita que sejam tomadas as devidas providências para resolver o problema. Por último perguntou

se já existe algum projecto para os transportes do Casal da Mira, uma vez que os existentes são muito deficientes e não servem a população do Bairro.

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou o lote de respostas, ao senhor **José Clemente**, com a questão da CRIL. Que vai questionar o IEP sobre as visitas, por pessoas que não estão ligadas ao mesmo, efectuadas ao local porque não têm poder nem autorização para andar no território. Que, ontem, numa reunião que teve com o senhor Secretário de Estado falou da CRIL porque, até ao momento não teve qualquer resposta à solicitação que fez, tanto dos técnicos do IEP, como dos técnicos da COBA, autores do projecto, e da Câmara de Lisboa. Que lhe foi dito que o Ministério não iria indicar, para a Comissão, nenhum técnico do IEP nem da empresa projectista, mas que seria transmitida à Câmara por escrito, o que até agora não aconteceu. O Ministério aceita que os técnicos, indicados pela Câmara e Plataforma, apresentem e discutam com os técnicos do IEP e da COBA. Que, ontem, ficou marcada uma reunião, para dia 4, com os técnicos indicados pela Câmara, Prof. Nunes da Silva e Eng. José Reis e os da Plataforma, Arq. Perry e Eng. Carlos Goivato o que nessa reunião se vai demonstrar.

Ao senhor **Paulo Ferreira** disse que não tem nenhuma influência no Governo para que este receba a Plataforma, pois ele para ser recebido tem muitas dificuldades e por vezes não é recebido.

Ao senhor **Vítor Farola** disse que os terrenos da Bombardier são zona industrial e que quem tem os poderes para alterar o PDM é a Câmara e não o Governo. Que o que está no estudo é igual ao que está no PDM e igual ao que foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal.

Ao senhor **Édio Martins**, no que respeita à CRIL, disse que estava convencido de que os elementos da Comissão tinham falado entre si e que a Comissão conhecia o projecto da Câmara que não quer a parte final da CRIL em viaduto mas sim em túnel. Que os objectivos da plataforma e da Câmara são comuns. Sobre o Metro disse que tudo aponta para que a inauguração, tanto da Estação de Alfornelos como a da Amadora-Este, na Falagueira, seja no dia 15. Que ainda não sabe o horário da inauguração, mas que a Câmara vai fazer uma festa, na noite de Sábado, em Alfornelos, no Largo Teófilo de Braga. É uma festa para a população

e não para o Primeiro Ministro e Ministros que vão fazer a inauguração. Sobre o tarifário disse que não vai fazer o discurso que fez o seu camarada de Odivelas, que disse que achava muito bem que o valor do bilhete, em vez de ser de 0,60 €, fosse de 1.00 €. Sobre a cadência dos comboios disse que neste momento não tem indicação nenhuma e que está à espera de explicações, esperando que nas horas de ponta não haja nenhum tipo de redução, e que, com base em estudos, a determinadas horas nada obsta a haver menor cadência. A perspectiva de, a partir de 1 de Junho, não haver passes sociais, mas que a Assembleia tem esta matéria agendada para esta Sessão, é preocupante.

Ao senhor **Albano Silva** disse que no Casal da Mira há problemas que têm de ser resolvidos, nomeadamente, o melhoramento das vias. Por último disse que, com a abertura do Metro na Amadora, vai haver um reforço do sistema de transportes na Amadora e, consequentemente, no Casal da Mira.

V – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** após as explicações regimentais, abriu as inscrições, e pediram a palavra os senhores Catolino Pinto, Agostinho Marques, Tremoço de Brito, António Santos, João Paulo Castanheira, Eduardo Rosa, João Serrano e Martinho Caetano.

O senhor **Catolino Pinto** referiu-se ao boletim da Associação AMNAN, sediada na Freguesia de Alfragide e afecta a um partido político, recentemente distribuído a parte da população, cuja capa é um comunicado, em papel timbrado da Câmara, assinado pelo senhor Presidente da Câmara, que refere as acções levadas a efeito na área da Freguesia, comunicado que não foi enviado à Junta de Freguesia, como estabelecem as normas protocolares, funcionais e de bom relacionamento institucional. Que, da leitura do boletim, se pode inferir que em Alfragide não existe Junta de Freguesia uma vez que a Associação parece apropriar-se de atribuições que são exclusivas das Juntas de Freguesia.

O senhor **Agostinho Marques**, na sua intervenção sobre o Metropolitano, disse que no próximo dia 15 a Amadora vai viver uma data histórica. Ao longo da história, os transportes ferroviários, e agora os subterrâneos, constituíram desenvolvimento, pelo que está certo que esta data marcará, também, o início de um forte desenvolvimento para a Amadora. Que foi assim em diversas datas, nomeadamente em 1957, com a electrificação da linha de Sintra, com as carruagens a serem fabricadas na Sorefame. Quanto aos tarifários disse que são uma forte preocupação, e uma injustiça social, e que vai ser objecto de moções apresentadas nesta Assembleia. Por fim disse que no dia 15 de Maio todos estarão em festa e que os amadorenses e a história da Amadora não deixarão de lembrar os protagonistas deste grande acontecimento.

O senhor **Tremoço de Brito** interveio para dizer que se está a comemorar uma data histórica, mas relembrava a revolução de há 30 anos. Que todos sonhavam, a partir daquela altura, com um País completamente diferente, um País que desse o melhor ao seu povo e aos seus trabalhadores, mas que passados 30 anos a situação é completamente diferente, têm-se vindo a degradar e que em algumas áreas são piores do que as existentes antes do 25 de Abril, tais como o problema do desemprego, da miséria e da fome. Sobre a luta dos trabalhadores da Bombardier disse que ela não é contra o Governo. É uma luta para defender uma empresa que é fundamental para o desenvolvimento do País. Que nenhuma força política deve tirar, nem pode tirar, dividendos dessa luta e o que interessava era que estivessem todos na defesa da empresa. Por fim, apelou para darem as mãos e fazerem tudo o que estiver ao alcance para a defesa daquela unidade produtiva, independentemente das filiações ou simpatias partidárias.

O senhor **António Santos** sobre a informação do senhor Tremoço de Brito relativa à Bombardier disse que subscreve o que ele disse e que a sua posição é igual à dele e à dos trabalhadores. Sobre o realojamento disse que, em Maio, algumas famílias do Bairro Estrela de África, por não estarem inscritas no primeiro recenseamento, vão ser desalojadas, isto é, vão ficar sem casa. Que o realojamento que está a ser feito não é suficiente, sendo necessário outro plano, porque há famílias legais e inseridas na sociedade que vão ser excluídas. Sobre a

CRIL disse que na reunião do Executivo, da Assembleia e das Comissões de moradores das várias Freguesias afectadas, recentemente realizada, acreditou que seria possível propor ao Governo que uma Comissão Técnica da Câmara e das Comissões pudesse negociar uma solução que permitisse a sua conclusão sem causar problemas suplementares e que fosse uma solução económica, ambiental, ecológica e viável. Que é preciso tomar atitudes que obriguem o Governo a assumir posições claras sobre este assunto. Por fim propôs ao executivo que tomasse a iniciativa de convocar uma nova reunião para que se constitua um novo bloco de reivindicações.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para apresentar dois exemplos de um certo tipo de urbanismo, ou da falta dele, que seria normal na década de 60, ou 70, mas que hoje em dia são perfeitamente anacrónicos e escandalosos. Que se está a dar continuidade ao caos urbanístico que tornou a Cidade tristemente célebre. Que tem fotografias, que depois entrega ao senhor Presidente da Câmara, do Parque Urbano da Falagueira onde está a ser construído um mamarracho de 5 pisos no meio do Parque. Que não sabe o que o senhor Presidente da Câmara entende sobre esta construção e porque não teve o cuidado de comprar, ou expropriar, aquela parcela de terreno que está dentro dos limites naturais do Parque. Preocupa-o o facto de haver, naquela zona, outros terrenos não tratados, o que não deixa de ser estranho. Que espera que a construção antiga, ali existente, seja recuperada. Sobre a Rua Cândido dos Reis, uma das Ruas que tem algum património histórico que faz parte da memória colectiva da Cidade, onde os edifícios são de pequena volumetria, construídos, a maior parte deles, nos anos 40 e 50 e que neste momento está a ser construído um mamarracho com 4 pisos, não sabendo como foi possível legalizar e aprovar este tipo de construção. Por fim falou sobre o Metropolitano para dizer que se orgulha de ter sido o Governo de coligação PSD/CDS-PP a realizar e a inaugurar a obra.

O senhor **Eduardo Rosa** interveio para falar sobre a Escola Artur Bual, mais conhecida como Falagueira 1, e disse que há mais de um ano estava completamente degradada. Que esta questão foi colocada, nesta Assembleia, pela Associação de Pais, pelos Professores e por ele

próprio e discutida na Assembleia de Freguesia. Que, na altura, o senhor Presidente da Câmara assumiu como prioritária a resolução do problema. Passados 10 meses, a obra está pronta, a Escola está a funcionar, pelo que se sente muito orgulhoso. Sobre o Metro disse que a sua chegada à Freguesia da Falagueira é extremamente positiva. Que esta Estação se chamará Amadora/Este, com o que concorda, pois poderá haver uma Amadora/Oeste, isto é, o Metro pode vir a abranger toda a Amadora. Sobre a Sorefame disse que se fechar a Freguesia da Falagueira vai ser a que maiores consequências, do ponto de vista social, vai ter. Que se devem unir todos em defesa daquela unidade fabril, em defesa dos postos de trabalho, da riqueza que representa para a Cidade e em particular para a Freguesia. Por fim disse que estará sempre na primeira linha e apoiará, de forma inequívoca, os trabalhadores e todos os que queiram e estejam dispostos a defender a Sorefame.

O senhor **João Serrano** disse que a intervenção do senhor Tremoço de Brito espelha o drama que os trabalhadores da Sorefame sentem e a sua impotência perante os acontecimentos. Que se trata de uma violação clara de um direito de concorrência, isto é, o grupo Bombardier internacional comprou sete empresas do grupo Adtranz, há uns anos atrás, e que vão fechar cinco delas, em Portugal, Holanda, Suécia, Reino Unido e Suíça, o que demonstra a atitude predadora de mercado e da violação do direito da concorrência por este grupo. Que um dos grandes objectivos da Comunidade Europeia é a criação de uma rede transeuropeia de transportes ferroviários. Por isso não pode ficar alheia ao fecho de um sector essencial para a criação da rede e impávida face aos dois colossos mundiais que, neste momento, controlam o sector. Sobre a intervenção do senhor António Santos, sobre o Bairro Estrela de África, disse que a acção de despejo resultou da iniciativa do proprietário do terreno, via judicial, tendo o tribunal decretado o despejo. Finalmente disse que era importante requalificar toda a problemática do realojamento e criar um regime de excepção para a Amadora.

O senhor **Martinho Caetano** interveio para falar sobre o problema da Bombardier, dizendo que a bancada e o PSD da Amadora estão solidários com as lamentações trazidas pelo senhor Tremoço de Brito que, como delegado sindical, está muito próximo do problema. Quanto à

inauguração do Metropolitano disse que vai estar presente, pois é uma obra de que muito se orgulha, realizada e paga integralmente nos dois últimos anos, ou seja, pelo Governo do PSD/CDS-PP.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que espera igual boa vontade do Governo do PSD/CDS-PP para que o Metro continue até à Reboleira.

Ao senhor **Catolino Pinto** disse que sempre teve, da parte dele, seriedade e frontalidade e que tem a mesma atitude com ele. Sobre a questão dos boletins distribuídos disse que cada um é responsável por aquilo que escreve, mas que sobre o documento assinado pelo Presidente da Câmara, ele próprio, disse que pensava que o mesmo tinha chegado ao conhecimento da Junta de Freguesia. Que o Presidente da Junta de Freguesia tem, também, interesse em resolver os problemas de estacionamento como a Associação, a Câmara e todos os residentes.

Ao senhor **Tremoço de Brito**, sobre a Sorefame disse que para além das palavras é preciso atitudes e que apelou sempre para que não houvesse aproveitamento político no processo. Que se o Governo tem compradores para a empresa, que a compre e depois a venda para que continue a laborar.

Ao senhor **António Santos**, sobre o Bairro Estrela de África, disse que, tendo em conta o número de bairros na Amadora e a extensão do território, entende que a Amadora deveria ter um tratamento de excepção, mas que não foi ouvido nem pelo Governo do PS, que não cortou o crédito, nem pelo do PSD/CDS-PP que cortou o crédito. Que o compromisso assumido para as pessoas inscritas no PER, ficheiros do conhecimento da Câmara e do Governo, foi o de resolver o problema do seu realojamento. Aos não inscritos não pode fazer nada, pois a Câmara está legalmente impedida. Sobre a CRIL disse que estará sempre disponível para reunir com a plataforma.

Ao senhor **João Paulo Castanheira** disse que lhe compete fazer oposição à Câmara, mas que acha que escolheu um bom exemplo e um mau. Quanto à Rua Cândido dos Reis disse que tem de ver o processo e depois terá a oportunidade de dar todas as explicações e que lhe fará chegar toda a informação que obtiver. Sobre a Ribeira junto à Fábrica das gabardinas disse

que, se não estivesse contemplado no PDM, se não houvesse nenhum plano previamente aprovado, continuaria a ser ribeira..

O senhor **Presidente da Assembleia** informou-o de que o tempo se tinha esgotado, mas que o senhor Presidente da Câmara poderia completar as suas respostas no Período seguinte, no seu ponto n.º. 1.

VI – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º. 1 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município".***

O senhor **Presidente da Assembleia** deu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** continuou a sua intervenção dizendo que sempre se manifestou contra o Plano de Pormenor aprovado e publicado em Diário da República, em 1976. Sobre o túnel do Alto Maduro, disse que espera que seja construído e sem despesas para a Câmara. Sobre o Metropolitano disse que faz questão de fazer chegar, a quem de direito, uma listagem de pessoas que devem ser convidadas para assistir à cerimónia, que são o senhor Eng. António Guterres, o Dr. Jorge Coelho, o Dr. Frasquinho, porque foram as pessoas que tomaram a decisão no momento certo, em detrimento da ligação à Lapa. Convidará, também, os senhores Vereador João Bernardino e Deputado António Filipe porque se recorda quem dizia que no PIDDAC não se encontravam verbas inscritas para aquela construção. Que a obra não está acabada, faltando a ligação de dois sistemas de transporte pesado, pelo que espera que o senhor Ministro ou o senhor Primeiro Ministro possa anunciar que está a ser feito o estudo para a ligação da Amadora/Este à Estação da

Reboleira. Por fim disse que, independentemente de quem toma a iniciativa, de quem acaba a obra, o que é importante é ganhar um meio de transporte que é importante e determinante para a Amadora.

O senhor **Carlos Reis** na sua intervenção falou sobre o Metropolitano para dizer que a chegada deste e a sua inauguração devem unir e mobilizar os cidadãos da Amadora e não dividi-los. Que o PSD esteve sempre a favor da sua ligação à Amadora, sempre quis a sua construção e que registam a influência política que o senhor Presidente da Câmara teve junto do Governo anterior. Sobre a Associação de Moradores de Alfragide Norte disse que não é mais do que a fachada do PS e que não é normal que uma carta do senhor Presidente da Câmara apareça como encarte num boletim informativo. O que o senhor Presidente da Câmara fez, ou consentiu que se fizesse em seu nome, é grave.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer ao senhor **Carlos Reis** que não recebe lições de bom comportamento de ética política e que gosta de fazer política séria, honesta e frontal e, ainda, que não voltará a este tema.

O senhor **Carlos Reis** voltou a intervir para perguntar se é ou não verdade que aquela Associação funciona numa sede do património municipal e quantas têm sedes oferecidas pelo Município. Se é ou não verdade que o Presidente da Associação é o senhor Júlio Zdanowski, do PS. Se é ou não é verdade que há uma carta, assinada pelo senhor Presidente da Câmara, distribuída como encarte de um boletim distribuído à população.

O senhor **Manuel Vieira**, sobre a Sorefame, disse que o que o preocupa é o encerramento da empresa e que a situação foi bem acompanhada pela Câmara Municipal e por todos os órgãos autárquicos. Que foi aprovada uma Moção, em Sessão da Assembleia Municipal, por consenso. Que honra seja feita aos membros da Assembleia dos partidos do Governo que reconheceram a importância da empresa para a economia nacional dando o seu voto favorável, mas que é pena e triste que da parte do Governo não tenha havido uma resposta e

uma forma de encontrar uma solução para a empresa que tem trabalho, e condições de laborar, e perguntou a razão de deixar sair a produção para o estrangeiro. Por fim falou sobre a inauguração do Metropolitano na Amadora para dizer que teve conhecimento de que vai ser feita por Sua Excelência o senhor Presidente da República e que gostaria de saber, se fosse possível, o programa porque gastaria de acompanhar a visita.

O senhor **Júlio Zdnowski** interveio para dizer que é o Presidente da Associação de Moradores de Alfragide Norte, criada em 1998 por 110 famílias que se reuniram na Junta de Freguesia e elegeram uma comissão instaladora da qual faziam parte todos os partidos. Que a Associação continua a ter, quer nos seu quadros, quer nos seus associados, elementos pertencentes ao PSD, ao CDS-PP, ao PS e à CDU pelo que, quando há eleições, qualquer desses partidos pode tomar a liderança da Associação. Esclareceu que é membro, como independente do PS, da Assembleia Municipal, que não é filiado, como foi afirmado por duas vezes. Quanto ao facto de terem a sede num edifício público disse que existe uma razão que é a de que, em 1979, quando foi aprovado o Alvará 13/79, o loteador se comprometeu a determinadas obrigações, sendo uma delas a recuperação de dois Moínhos em Alfragide. Quem tomou a iniciativa na reconstrução dos Moínhos foi a AMAN. Um continua por entregar porque a Junta de Freguesia se recusa a aceitá-lo e o outro, para não estar fechado, foi entregue à AMAN, onde tem a sua sede social.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que o PS considera o movimento associativo essencial para a vida da Cidade e que é com orgulho e satisfação que membros do PS e independentes, que fazem parte de associações, fazem um trabalho muito importante para a Cidade. Que o associativismo e a livre associação de moradores é algo que deve ser legítimo, respeitado e louvado, tal como a AMAN o faz em prol dos moradores de Alfragide. Que as Juntas de Freguesia têm o seu papel, assim como o livre associativismo que o PS apoia incrementa.

O senhor **Fernando Conceição** interveio para dizer que é Presidente da Mesa da Assembleia da AMAN e que não compreende o senhor Carlos Reis quando diz que os militante do PS e membros da Assembleia Municipal não devem pertencer a mais nada, o que é um absurdo. Que a AMAN apareceu, não como contra poder à Junta de Freguesia, mas para responder a um conjunto de questões que não estavam a ser satisfeitas em Alfragide, nomeadamente em Alfragide Norte. Que aceitou o convite para fazer parte dos corpos gerentes da Associação porque achou que podia trabalhar para aumentar a qualidade de vida de Alfragide Norte e não para fazer contra poder ao senhor Presidente da Junta.

O senhor **Catolino Pinto** voltou a intervir para dizer que mantinha tudo o que disse na sua primeira intervenção. Ao senhor Júlio Zdanowski disse que quando interpelou a Junta de Freguesia o seu Presidente lhe disse que não havia nada escrito e que, só mais tarde, na vigência da actual Câmara, no primeiro mandato, lhe foi facultado o processo da Quinta Grande e verificou, nessa altura, que em fins de Outubro de 1997, com a assinatura da senhora Vereadora Helena Bastos, não do senhor Presidente da Câmara, tudo foi dado como fechado. Houve, assim, responsabilidade da Câmara na resolução dos problemas da Quinta Grande, até 1997. Ao senhor Fernando Augusto disse que não considera a Associação uma força de pressão nem de oposição, mas a sua intenção é, nitidamente, querer separar a elite da Quinta Grande do resto da Freguesia.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **Manuel Vieira** disse que o senhor Presidente da República, no âmbito das Presidências abertas, escolheu como tema a educação que começará, no dia 4, na Amadora onde chegará por volta das 8 da manhã. Procederá a várias visitas, circuitos, reuniões e à inauguração da Escola Artur Bual, e do Pavilhão Miguel Torga. Que não tinha ainda o programa da visita, mas logo que o tivesse informaria o senhor Presidente da Assembleia, os lideres dos Grupos Municipais e os senhores Vereadores.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. de ***"Documentos de Prestação de Contas"*** do ano de 2003.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Assembleia recebeu a declaração de voto da CDU e que, a mesma, foi distribuída a todos os membros da Assembleia. De seguida informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiu da apresentação da proposta.

O senhor **Carlos Reis** interveio para perguntar, ao senhor Vereador João Bernardino ou a quem de direito do PC, como é que o PC compatibiliza o exercício da gestão da Câmara Municipal com uma abstenção no Orçamento, o que não entende, do ponto de vista democrático, de rigor e transparência para com os eleitores. Que já partilhou o exercício de gestão e participou nele e que sempre votou a favor.

O senhor **Manuel Frade** interveio para dizer que está vertida, no parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças, a análise destes documentos. Que é sempre mais fácil fazer uma análise crítica do que se fez ou não fez. Que as taxas de realização nas diversas áreas são extraordinárias, conseguindo-se a concretização de uma grande parte do plano de acções, como a Câmara Municipal se propôs e, considerando a situação do País de crise económica profunda, louvou a capacidade dos responsáveis do Município em ultrapassar as dificuldades. Solicitou que fosse analisada, com justiça e sem paixão, a consolidação da política de investimentos que foi iniciada, há alguns anos, nas áreas da habitação, da educação, da requalificação, do saneamento, na remodelação dos serviços e o papel fundamental da Autarquia no domínio das acessibilidades, factor importante para o desenvolvimento económico do Concelho. Por fim disse que, no passado dia 24 de Abril, aquando da realização da Assembleia Municipal Jovem da Amadora, na Escola Miguel Torga, ao entrar

no pavilhão ficou admirado com a qualidade do equipamento e lembrou que há 7 ou 8 anos atrás não existia nada igual ou semelhante no Concelho, pelo que sentiu uma enorme satisfação e alegria pela obra realizada.

O senhor **Jorge Nunes** interveio para falar sobre a educação, no âmbito da acção social escolar que é da competência, a nível do 1°. Ciclo e do Pré Escolar, do Município, conforme a Lei. Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Câmara sobre esta matéria, nomeadamente no funcionamento de mais refeitórios nas Escolas, onde são servidas 5 mil refeições para um total de 7 mil alunos e que, com menos despesas, se passaram a servir mais refeições, tendo isto a ver com a rentabilização dos recursos. Quanto a livros e material escolar também houve um aumento. Quanto aos transportes escolares houve uma melhor gestão através dos meios que foram proporcionados, da distribuição de senhas em vez de dinheiro, que por vezes era utilizado para outros fins e houve, também, uma racionalização dos recursos e uma melhoria do serviço prestado. Sobre a declaração de voto da CDU disse que deve ter havido alguma confusão no ponto quatro, pois refere o investimento em equipamentos, e que se está muito aquém no que respeita a medidas de acção e de programa de apoio.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para dizer que o Relatório e Contas de 2003 lhe parece um documento bem elaborado e que fala por si. Em relação à análise da execução das Grandes Opções do Plano disse que há uma desaceleração do investimento em várias áreas, tais como, na requalificação do parque escolar, nas acessibilidades, na habitação e protecção do ambiente, transportes e comunicações e no ensino não superior. Que existe uma gestão financeira e de execução de obras em função do calendário eleitoral. Por fim disse que, face ao exposto, o CDS-PP iria votar contra os documentos de prestação de contas de 2003.

O senhor **Rui Correia** interveio para falar sobre a educação e acção social. Sobre a acção social escolar disse que é uma vertente que se esquece, pois a educação não dá frutos. Sobre os programas de apoio à família disse que existe o programa Aprender a Brincar e campos de férias. Sobre os projectos sócio-educativos disse que há 46 escolas com projectos

subsidiados, visitas de estudo, protocolos com as Juntas de Freguesia, a educação musical em parceria com Associações, pelo que é destes números que tem orgulho em falar. Disse que não vale a pena dizer muito mais, nem fazer de conta que as coisas não existem, porque elas estão no terreno e bem visíveis. Por fim disse que aproveita para dar os parabéns, à Câmara e Assembleia Municipal, pela iniciativa que tiveram na realização da Assembleia Municipal Jovem e que espera que se repita.

O senhor **José Fernandes** interveio para dizer que nos documentos que compõem a Prestação de Contas, há sempre duas componentes, a técnica e a política e que na técnica nada tem a opor, mas que na política há interesse em ser analisada mais detalhadamente. Que as Grandes Opções do Plano apresentaram, em 2003, um grau de execução dos mais baixos dos últimos anos, o que significa que houve coisas que ficaram por fazer e que quem ficou prejudicado foi o Município e a população da Amadora. Que a execução financeira foi baixa o que permite aferir que houve pouco rigor na previsão da arrecadação das receitas. Que houve uma diminuição significativa nos investimentos realizados, com relevo na habitação, protecção do meio ambiente, conservação da natureza, transportes e comunicações e ensino não superior. Que, no campo da habitação social e dos realojamentos, a responsabilidade não pode deixar de ser assacada ao Poder Central devido às limitações do endividamento. Que a CDU se iria abster porque existem áreas de acção onde o empenho da Câmara Municipal poderia ser muito melhor.

O senhor **Luís Costa** interveio para fazer alguns reparos ao senhor João Paulo Castanheira, nomeadamente à excessiva contenção Orçamental do Governo que impediu o aumento das despesas de investimento e era precisamente isso que gostaria de ver aumentado na Câmara. Que, em termos de despesas correntes, a previsão foi correcta, bem como a dotação e os compromissos assumidos foram de acordo com os parâmetros definidos no Orçamento. Que aquilo que não foi executado em 2003 transitou, porque é um compromisso assumido em 2003, para 2004, o que se pode ver no Relatório de Contas. Sobre as declarações de voto apresentadas disse que a do PSD foi feito um copy paste de todos os parágrafos referentes à

execução, o que é muito limitado e na da CDU há, pelo menos, alguma criatividade, houve a introdução de texto próprio. Que as traves mestras das políticas de investimento, a nível do Município, sempre foram os realojamentos e a educação. Que as regras básicas de inscrição de verbas num Orçamento passam por quatro fases, a dotação, a cabimentação, o compromisso e a execução. Por fim disse que a Câmara não só tem admitido e aumentado os Quadros, de acordo com as necessidades, como tem feito uma gestão equilibrada reduzindo as despesas com o pessoal.

O senhor **José Talento Marques** interveio para dizer que o senhor João Paulo Castanheira, da sua bancada, já fez algumas considerações do que o CDS-PP pensa sobre este documento. Que iria basear a sua intervenção no parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças, da qual faz parte e que gostaria, caso fosse possível que lhe fosse explicado melhor a alínea c), bem como a alínea f) do parecer. Por fim disse que a gestão á fácil, não custa nada fazer, quando há muito dinheiro para gastar mas que a boa gestão se vê quando há pouco dinheiro.

O senhor **Carlos Jerónimo** interveio para falar sobre o problema da habitação. Que a Câmara tem vindo a implementar um conjunto de políticas activas no âmbito da habitação, na qualificação Urbana e do Ordenamento do Território, que vão ao encontro das expectativas das pessoas, e dão a certeza e a confiança de que é possível vencer estes desafios. Que a prova desta confiança, fundada numa inquebrantável determinação, consubstancia-se nos mais de três mil agregados familiares para os quais foi possível encontrar uma solução de habitação, com recurso, não só ao PER, mas sobretudo às três grandes operações de realojamento em curso, o Casal da Boba, o Casal da Mira e o Casal do Silva, mas que gostaria de que se avançasse mais, o que não foi possível porque o Poder Central ao cercear o acesso da Câmara ao crédito bancário, para efeitos de investimento em habitação social, coartou o programa.

O senhor **António Santos** interveio para dizer que quando foi aprovado o Orçamento se absteve, mas que poderia ter votado contra. Que, para ele, a votação é uma questão técnica,

não é uma questão política. Que no Relatório de Contas não lhe parece que seja correcta a abstenção, pelo que ou se vota a favor ou contra. Que vai votar a favor da apresentação das Contas sem que isso represente algum apoio político às Grandes Opções e às políticas do executivo da Câmara Municipal, mas pelo simples facto do Relatório de Contas, que foi apresentado, mostrar o que foi prometido e que as Contas apresentadas estão de acordo com o programa político apresentado. Por fim disse que só votaria contra o Relatório e Contas se houvesse indícios de clara transgressão ou de corrupção política.

O senhor **Martinho Caetano** interveio para falar sobre a apreciação, da bancada do PSD, em relação aos documentos de Prestação de Contas do exercício de 2003. Que não há dúvida de que o documento melhorou em relação aos anteriores e que é um documento tecnicamente bem preparado e que acha da maior importância a sua discussão. Que saúda o que de bom se fez na educação. Que a única coisa que lamenta é que a Câmara não ande com mais velocidade na conclusão dos projectos. Que, na Amadora, não é verdade que houvesse algum efeito negativo com a limitação ao endividamento Municipal porque o senhor Presidente da Câmara em tempos agiu bem avançando com as contratualizações de tudo o que tinha condições para ser contratualizado. Que a Câmara Municipal tem honrado sempre os seus compromissos porque tem linhas de crédito contratualizadas e não está sujeita ao limite do endividamento. Por fim disse que, da parte dele e do PSD, a Câmara podia e devia ter feito muito mais.

O senhor **Alcides de Matos** interveio para dizer ao senhor José Marques, que disse que a gestão é fácil quando há muito dinheiro para gastar, o que é verdade, mas que é fácil em qualquer sentido, mesmo quando há pouco dinheiro, uma vez que quando há pouco dinheiro se tem de gastar o que há, não se pode gastar mais. Que há dois documentos, que ainda não foram referidos, que são o controlo Orçamental da Receita e o da Despesa do ano de 2003, onde diz que a Câmara teve uma execução financeira de 99%. Que as opções, que a Câmara definiu como estratégicas, foram todas cumpridas. Que a despesa com pessoal e receitas correntes desceram e estão a descer pelo 2º. ano consecutivo. Que com os impostos

municipais a Câmara conseguiu cobrir as despesas de pessoal, o que é uma contenção importante, razão de o destacar. Que os balanços são fotografias estáticas sobre a realidade económica das instituições e que não têm nada a ver com as disponibilidades financeiras. Por fim disse que a Câmara fez um trabalho muito bom, pelo que vale a pena votar favoravelmente o documento.

O senhor **Eduardo Rosa** interveio para dizer que a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Reboleira, Alcides de Matos, veio clarificar esta matéria. Que existem três áreas de intervenção política que estão definidas, a da habitação, a da educação e a da requalificação urbana que têm sido concretizadas. Por fim disse que a Câmara gastou menos porque havia menos para gastar, mas que as prioridades se mantiveram e foram cumpridas.

O senhor **José Fernandes** voltou a intervir para responder ao senhor Carlos Jerónimo, dizendo que a CDU deixou dívidas e que era preferível não as deixar, mas que também deixaram património, o que é evidenciado no Relatório e Contas de 2003 e, também, no de 2002.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer que nunca o ouviram dizer que não fazia obras porque o Governo tinha asfixiado a Câmara. Que na introdução do Relatório diz que é o Relatório do exercício e que não foi possível o recurso ao crédito bancário nem a fundos comunitários. Que o Relatório é sério e que assume tudo o que lá consta. Sobre a educação disse que foram feitos investimentos, assim como, na habitação. Sobre o PROQUAL disse que existe uma carga financeira forte, mas que o nível de execução, pagamento e receita, é fraco e que, quando se lançam os processos, tem de haver, não só a receita que está prevista, mas também a despesa que é previsível. Que a Câmara continua a fazer obras, continua a lançar obras, e que ao lançá-las existem condições para as assumir, mas que as obras de habitação social e realojamento não são lançadas porque não há condições de as poder assumir. Em relação aos fundos comunitários disse que, enquanto for Presidente da Câmara, nunca recorrerá a empréstimos para cobrir a parte da comparticipação

municipal. Que poderia ter feito empréstimos, como outros autarcas fizeram, antes de sair a Lei do Pacto de Estabilidade, mas que não o fez porque achou que não o deveria fazer. Sobre a declaração de voto do PSD disse que o Relatório é de tal maneira sério que ao PSD não foi necessário mais do que transcrever um conjunto de pontos que estão no próprio Relatório. Ao senhor **José Fernandes** disse que, quando se faz uma análise objectiva do documento, deve ser feita na sua totalidade e não omitindo partes. Por fim solicitou, ao senhor **Presidente da Assembleia**, que lhe permitisse dar a palavra ao senhor Vereador João Bernardino.

O senhor **Vereador João Bernardino** interveio para dizer ao senhor **Carlos Reis** que, pela intervenção dele, lhe parece que a CDU e o PS estão a fazer uma conspiração, mas que partilham a gestão lealmente, como sempre defenderam. Que defende a fórmula leal de participação directa e franca e que a CDU está muitíssimo bem acompanhada com o PS e com o PSD nesta gestão. Que a gestão democrática é feita com críticas e que a participação da CDU é sincera, mas que podem fazer todas as críticas à gestão da Câmara porque, há coisas bem feitas e há outras com as quais não concordam.

Os documentos de prestação de contas foram aprovados por maioria com 20 votos a favor, 8 contra e 6 abstenções.

O senhor **Presidente da Assembleia**, depois de consultar os Lideres dos Grupos Municipais, informou de que, devido ao adiantado da hora, os trabalhos seriam interrompidos e continuariam amanhã, dia 30, às 20H30. Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação foi aprovada nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 34 membros presentes. A reunião terminou às 2H25.

19

2ª. REUNIÃO

30 de Abril de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**
Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.
Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, excepto o senhor José Manuel Talento Marques, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, o senhor Vice Presidente Gabriel Oliveira e os senhores Vereadores Amadeu Matias, Carla Tavares, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual e Vasco Jardim.

Verificado o Quorum, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão e informou de que, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fez representar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo n.º 38.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelo senhor Rui Manuel Lopes Rego (Documento anexo à presente Acta).

I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.º. 1 do Artº. 79º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta reunião, os senhores Luís Filipe Moutinho Lopes e Jorge Miguel Alves Lourenço Rocha da Silva, do PS e Luís Manuel Isídro Guarita, do PSD (Documentos anexos à presente Acta).

Informou ainda de que, em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, se iria proceder às substituições empossando, caso estivessem presentes, os membros substitutos senhores José Manuel Ribeiro Leal e Manuel Ferreira Jerónimo, do PS, e Rafael Duarte dos Santos Evaristo, do PSD. De seguida foi-lhes dada posse (Documentos anexos à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

3 – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, de ***"Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais".***

O senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições, tendo-se inscrito o senhor Jaime Garcia (não se transcreve a intervenção por não ter sido gravada).

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a apreciação por concluída.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º. 1 do Artº. 87º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, de ***"Moção Relativa ao Sistema de Passe Social e Intermodal";***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que tinham sido entregues à Mesa 2 propostas de Moção, apresentadas pelo PS e pela CDU, que foram classificados de Projecto A e Projecto B, respectivamente, e deu a palavra ao primeiro subscritor de cada projecto para proceder à respectiva apresentação.

O senhor **João Serrano** procedeu à leitura do Projecto de Moção do PS (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Joel Monteiro** leu o Projecto de Moção da CDU (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **António Santos** interveio para dizer que esta questão deveria caber à Área Metropolitana de Lisboa, ou a um organismo eleito pela mesma, para intervir de uma forma decisiva, isto é, para que pudesse haver um Plano Metropolitano de Transportes e Acessibilidades que garantisse aos seus cidadãos um sistema de transportes e acessibilidades que fosse compatível com as necessidades da Área Metropolitana, mas que até ao momento não foi possível, por falta de possibilidades ou por falta de competência da mesma. Que não existem organismos intermunicipais que resolvam estes problemas, pelo que se está, sistematicamente, sujeito à pressão das Empresas Privadas.

O senhor **Martinho Caetano** interveio para dizer que entende, bem como a bancada do PSD, que se está a falar de um problema sério que poderá afectar mais de 500 mil pessoas. Que acha bem fazer-se um esforço de clarificação e um esforço de aproximação das duas Moções. Que a Moção da CDU é menos moderada do que a do PS, pois é uma tentativa de crítica ao Governo, nomeadamente na política dos transportes. Que os Operadores têm vindo a dizer ao Governo para que as Tabelas Compensatórias para as empresas da Área Metropolitana de Lisboa, no que toca à compensação do Transporte Público em regime de Passe Social, sejam revistas ou então terão prejuízo e nessa situação não poderão continuar com essa tabela nem com essa modalidade. Por fim disse que se for retirada a expressão, "optar mais uma vez pela penalização das classes médias e médias baixas e pelo desincentivo à utilização dos transportes colectivos", na Moção do PS, porque a consideram que fere a sensibilidade da coligação PSD/CDS-PP, o PSD votá-la-á favoravelmente.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para dizer que não vai discutir os benefícios da utilização dos transportes públicos, porque são evidentes, nomeadamente na questão ambiental, energética, económica e ao nível da qualidade de vida dos cidadãos. Que, no entender do CDS-PP, é impensável deixar centenas de milhares de pessoas privadas de transportes públicos e de Passe Social, mas também é impensável que o Governo esteja

permanentemente sob chantagem de empresas privadas. Que o contrato de concessão deveria ter previsto a obrigatoriedade de manutenção dos Passes Sociais, dos preços, a actualização dos preços e as fórmulas de compensação do Estado. Que, não concorda com a Moção da CDU e que a do PS lhe parece bem construída e que tem apenas meio parágrafo com que não concordam e que se o PS ceder nesse parágrafo, então o CDS-PP está disposto a votar favoravelmente a Moção.

O senhor **João Serrano** na sua intervenção disse que o Passe Social foi criado em 1976 por iniciativa do Governo do PS e que teve sempre uma posição coerente de defesa do Passe Social. Que o PS está disposto, porque considera de interesse sair da Assembleia Municipal uma posição clara relativamente a esta matéria, a aceitar agregar a Moção da CDU, se não vissem inconveniente, porque haverá um enriquecimento da posição final, nomeadamente no que se refere ao considerando sobre o Metropolitano que chegará, em Maio, à Amadora. Que este parágrafo enriqueceria a Moção final. Manifestou o mais vivo repúdio pela discriminação do valor tarifário, anunciado pelo Metro, nas viagens para a Amadora e Odivelas e exigiu que o preço dos bilhetes se mantenha único em toda a rede. Sobre a Autoridade Metropolitana disse que foi criada por este Governo e que uma das razões da sua existência é a de poder discutir e ser um parceiro de diálogo. Que é do controlo directo do Governo, pois nomeia três membros do Conselho, enquanto a Câmara de Lisboa e a Junta Metropolitana nomeiam um elemento, cada. Ao senhor Martinho Caetano disse que saúda a sua preocupação sobre esta matéria. Que se querem optar por uma política de incentivo ao transporte público tem de haver Passe Social e se se acabar com ele, está-se a apoiar o transporte privado. Que é uma matéria política e, como tal, deve merecer uma reflexão séria. Que a Moção refere que o fim do Passe Social é mais uma penalização para as classes médias e para as classes baixas e, como tal, a razão de ser da frase que manterá.

O senhor **Joel Monteiro** interveio para se referir que, uma vez que o PS vai votar a Moção da CDU, se pode fazer depois um encontro das duas Moções, fazer um único texto. Que o único parágrafo onde fala no Governo é a exigência da defesa do Passe Social Intermodal e que o

Governo tenha em atenção uma situação que é de extrema importância para os utentes dos transportes públicos.

O senhor **Manuel Jerónimo** interveio para dizer que contrariar o sistema do Passe Social é um crime, porque tem a ver com famílias que passam fome no País e que são esses que andam de Passe Social. Que foi criado com uma definição concreta, de favorecer os mais carenciados e que contrariar uma coisa que vem beneficiar quem precisa é absurdo e que nenhum dos partidos presentes poderia ter essa veleidade.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer que a Câmara teve oportunidade, na devida altura, de aprovar uma Moção relacionada com esta matéria, Que a questão do Passe é uma situação que preocupa a Câmara, como preocupa todos os autarcas, não só do Concelho da Amadora, mas de todos os Concelhos que serão afectados com aquela medida. Que, se não houver um novo acordo, entre o Governo e os operadores, a partir do dia um de Junho não haverá Passe Social, o que vai afectar muitos munícipes da Concelho da Amadora, pelo que não se pode deixar de alertar o Governo para esta situação. Que o Passe é um bom sistema e que quando foi criado foi para financiar a Carris e que grande parte do Passe vai para esta empresa e para os transportes do sul do Tejo, pelo que os outros operadores não se sentem compensados em relação ao serviço prestado e por isso há dificuldades em convencer os operadores a aumentar o número de carreiras. Que o objectivo do Passe Social é beneficiar os mais fracos, os que ganham pouco e é uma aposta nos transportes colectivos em detrimento do transporte individual. Por fim disse que se deve encontrar consenso de modo a serem fundidas as duas Moções numa só para poder haver uma votação unanime.

O senhor **Martinho Caetano** voltou a intervir para dizer que a discussão está feita, relativamente ao teor das Moções, mas que, em todo o caso e atendendo à importância da matéria, queria interpelar a bancada do PS, no sentido de saber se é possível, a bem da consensualização, neste caso com a bancada do PSD, retirar, não todo o parágrafo, mas apenas a expressão "mais uma vez".

O senhor **João Serrano** voltou a intervir para dizer que pensa que poderá haver condições para se tentar encontrar uma Moção consensual. Fez uma contra proposta que foi a de a problemática do Metro enriquecer a Moção do PS e se a CDU aceitasse que esse dois pontos a integrasse, estaria, também, disponível para retirar os ditos adjectivos que tanto preocupa o PSD.

O senhor **Manuel Vieira** interveio para dizer que há duas questões em que a CDU não abdica. Sabe que o PS aceitaria, mas que não teriam o voto do PSD. Que acha importante haver uma Moção aprovada por unanimidade. Que não se importa que a da CDU seja votada por maioria, porque pensa que existem coisas com que o PS se identifica, pelo que estariam facilitados os trabalhos e por fim disse que o senhor Presidente da Assembleia deveria pôr a votação as duas Moções.

O senhor **João Serrano** voltou a intervir para dizer que agora é uma questão política da CDU relativamente a esta matéria e, se é uma questão política, o PS irá abster-se na votação da Moção da CDU. Relativamente ao PSD disse que está disposto a retirar a expressão para que se possa encontrar o maior consenso possível. Que para procurar um consenso aperfeiçoava a actual Moção procedendo a duas alterações, a primeira era a retirada da tal expressão e a segunda a introdução dos parágrafos da Moção da CDU relativamente ao Metro e ao repúdio ao alargamento da aplicabilidade da medida que foi feita para Odivelas na Amadora.

O senhor **Manuel Vieira** voltou a intervir para dizer que estão, em conjunto com as outras bancadas, a tentar a reformulação de uma Moção de consenso, mas que a CDU não vai abdicar de algumas questões.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse para que tentem encontrar um consenso e, caso não encontrem, passava à votação das Moções.

O senhor **João Serrano** propôs que os trabalhos fossem interrompidos por cinco minutos, o que foi aceite. Após esta interrupção, disse que havia consenso para uma só Moção e que iria ler o texto final que foi consensualizado.

Após esta leitura, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Moção a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 39 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º. 3 do Artº. 2º. da Lei n.º. 11/2003, de 13 de Maio, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Proposta de Estatutos da Associação Intermunicipal Alo_Digital (Proposta n.º. 164/2004)".***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta, fazendo uma pequena nota em relação ao parecer da Comissão e disse que grande parte das razões, sobre esta matéria, estão contidas nele. É uma pré candidatura apresentada, mas que para ser aprovada tem de ser constituída legalmente em Associação, havendo já um pré registo. Que a Associação é constituída pela Amadora, que lidera a candidatura, Loures e Odivelas e que Vila Franca entrou depois, razão de se chamar ALO e não ALOF. Finalmente disse que, neste momento está a usar um portal que não é da Câmara, mas sim de uma Universidade que colabora com a Câmara nesta área.

O senhor **Rafael Evaristo** interveio para dizer que hoje é um dia feliz para ele, pois há muito andava a falar neste problema, bem como para toda a população da Amadora, porque se está, com esta proposta, a abrir uma porta para a entrada no Século XXI, que pode trazer uma aproximação dos munícipes e que estes podem, também, saber como se encontram os processos e como proceder à resolução dos mesmos. Referiu-se à composição do Conselho Directivo para dizer que é constituído por três membros, mas que, com a entrada de Vila Franca de Xira, deveria passar para quatro. Finalmente perguntou se o material que é enviado, aos membros da Assembleia, através de montes de papel, poderia ser disponibilizado através deste sistema, pois poupava-se papel e, também, era uma economia de tempo.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor **Rafael Evaristo** para dizer que, quanto à questão do Conselho Directivo, se optou por três elementos, porque não pode ser um número par e cinco seria um exagero. Que terá de haver um Secretário Geral para organizar o trabalho, porque o Conselho Directivo, na sua óptica, não devem ser remunerados. Quanto ao segundo problema colocado disse que na Câmara não existe esse problema, porque todos os gabinetes têm acesso à NET onde podem consultar os documentos, mas que em relação à Assembleia Municipal terão de se criar condições para a entrega dos documentos, nomeadamente através da entrega de um CD Rom. Que, a nível do sector de urbanismo, estão a tratar de reformular todos os procedimentos de modo a haver uma análise na entrada dos processos. Finalmente disse que, a curto prazo, irá apresentar, à Comissão de Urbanismo, o novo esquema experimental.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea s) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Descentralização da Limpeza Pública para as Juntas de Freguesia – Aprovação de Minuta de Protocolo (Proposta n.º. 101/2004)".***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Assuntos Ambientais de Acompanhamento ao Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** informou de que todo o trabalho, sobre este assunto, foi desenvolvido pelo senhor Vereador **José Evangelista**, que faria a introdução formal da proposta.

O senhor Vereador **José Evangelista** fez a introdução formal da proposta para referir que é a continuidade da descentralização aprovada há um ano. Que existe uma diferença em relação ao ano passado e que tem a ver com a gestão funcional, tal como, a conciliação dos trabalhadores da Junta de Freguesia com os trabalhadores dos postos de limpeza geridos pela

Câmara, através dos encarregados e geridos pela Junta de Freguesia. Finalmente disse que se se conseguisse esta introdução no Protocolo haveria uma optimização no serviço de limpeza no Concelho.

O senhor **João Vieira** interveio para dizer que, há uns tempos, teve oportunidade de chamar à atenção, nesta Assembleia, de que o Município fazia juz ao nome de Porcalhota, no sentido perjurativo, pois passear nas ruas é a mesma coisa que passar num como minado, pelo que louva esta iniciativa, que poderá trazer uma melhor e mais eficaz limpeza. Que, para o ano, poderá esta aqui a dizer que as ruas continuam sujas e perguntou se a Câmara dirá que é da sua responsabilidade ou se das Juntas que não actuam como deve ser. Finalmente disse que gostaria que ficasse o compromisso, assumido pelo senhor Vereador, de que, caso o protocolo não resulte, a Câmara não se exime das suas responsabilidades.

O senhor **Catolino Pinto** interveio para dizer que Alfragide não subscreverá este Protocolo enquanto não for reforçado o número de varredores na Freguesia.

O senhor **António Santos** interveio para dizer que se está a falar de gestão de proximidade e que, todos os partidos representados na Assembleia, se têm manifestado a favor, não só sobre a limpeza pública, como sobre outras matérias. Que a descentralização nunca desresponsabiliza o executivo da Câmara. Disse, também, que à proposta falta um documento técnico que a sustente e, também, que os representantes dos trabalhadores deveriam emitir um parecer sobre a transferência dos trabalhadores. Face ao exposto, o voto do BE será a abstenção.

O senhor **Agostinho Marques** interveio para dizer que pensa que o documento, de descentralização da limpeza para as Juntas de Freguesia, irá merecer um amplo consenso na sua votação. Sobre a questão dos trabalhadores disse que é muitíssimo importante, mas que desde que houve transferências para as Juntas de Freguesia de trabalhadores, estes não quiseram voltar para a Câmara, porque achavam que havia mais incentivos, e se sentiam mais apoiados. Que a descentralização, à semelhança da anterior, só tem vantagens e que não vai

ter mais custos. Que ficou satisfeito com a metodologia adoptada, isto é, com uma fase experimental e depois com uma fase efectiva. Julga que se está no bom caminho e que foram dados passos consistentes sem retrocessos. Finalmente referiu que, com a aprovação desta proposta, a população da Amadora sairia beneficiada e, também, que, com esta medida, o Concelho passará a ser, indiscutivelmente, mais limpo.

O senhor **Júlio Correia** interveio para se referir às intervenções anteriores, dizendo que em muitas coisas está de acordo. Sobre a questão colocada pelo senhor António Santos disse que estava de acordo, pois a proposta deveria vir acompanhada de um parecer técnico e de um dos representantes dos trabalhadores. Que subscrevia tudo o que foi dito pelo senhor João Vieira e por fim disse que iria votar a favor da proposta, uma vez que os Presidentes de Junta a aceitaram.

O senhor **Quadrado Rego** interveio para dizer que a Junta de Freguesia da Venda Nova aceitou o ano passado e aceita este ano o protocolo e que o vai assinar porque tem toda a confiança e a experiência da melhoria dos serviços de limpeza na Freguesia a partir da altura em que houve a descentralização. Que este protocolo é para dar continuidade ao do ano anterior e que é uma descentralização acompanhada de verbas. Que prefere estas às feitas por via legislativa, pois estas vêm acompanhadas de verbas e as legislativas não e as Juntas de Freguesia têm de fazer o trabalho, que por vezes é difícil, não existindo verbas suficientes.

O senhor **Eduardo Rosa** interveio para dizer que do ponto de vista do Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira, esta descentralização é positiva, mas que não poderá ser encarada como a solução milagrosa para o grave problema que existe na limpeza da via pública. Que, dentro do princípio da boa fé, aceita esta descentralização e que só a aceita quem quer e que há mecanismos que permitem, se não houver condições, entregá-la a quem de direito, isto é, devolvê-la à procedência.

O senhor **Carlos Reis** interveio para dizer que o PSD dará o seu acordo de princípio a esta descentralização, uma vez que os senhores Presidentes de Junta, que são as entidades